

NOBRADE: estudo e aplicação em instituições voltadas para área arquivística

Francinete F. de Sousa (Orientadora) UEPB neteducadora@gmail.com¹
Priscilla Gomes de Araújo (UEPB) priscillagomes.uepb@gmail.com²
Marilidia de Lourdes Silva de Souza (UEPB) marilidia26@yahoo.com.br
Cristiane da Silva Oliveira (UEPB) cristiane-23@hotmail.com
Lenivalda Dantas da Silva (UEPB) lennadantas@hotmail.com
Josealdo Rodrigues Leite (UEPB) aldonet@boll.com.br
Fernanda Silva de Lima (UEPB) nanda23.lima@hotmail.com

Resumo

Esta pesquisa, ora em andamento, visa analisar a influência da NOBRADE (Norma Brasileira de Descrição Arquivística) nas disciplinas do Curso de Arquivologia da UEPB e de instituições que dispõem de arquivos em João Pessoa. Objetiva investigar, através de um corpus formado pelas ementas desse curso e dos resultados da aplicação de questionários semi-estruturados nas instituições delimitadas, a aplicação da norma nas instituições e como ela vem sendo estudada pelos futuros arquivistas e qual o grau de importância que os docentes dão a esse documento, como recurso didático, que posteriormente deverá ser utilizado pelo profissional em seu ambiente de trabalho. Este artigo revisa, ainda que preliminarmente, as normas: ISAD G (2001), ISAAR CPF (2004), mostrando que, embora a NOBRADE tenha sido baseada nessas normas internacionais, ela tem características próprias. Conclui-se que, nas instituições de ensino, ainda não há uma divulgação adequada dessa norma e de seu grau de importância. Na sua versão preliminar, a NOBRADE foi publicada em janeiro de 2006, através de oficinas que contaram com a participação de cerca de 600 especialistas da área de Arquivologia. O resultado foi de significativa relevância para o campo arquivístico brasileiro, razão por que este trabalho de pesquisa visa dar visibilidade a esse documento no âmbito da Paraíba, bem como fomentar a produção de outros estudos mais aprofundados sobre o assunto.

Palavras-chave: NOBRADE. Ensino. Aplicação da norma.

Abstract

The present research, still underway, aims at analyzing the influence of the NOBRADE – Norma Brasileira de Descrição Arquivística – Brazilian Norms for Archivistic Description – on the courses of Archivology at State University of Paraíba and two other institutions which have archives in João Pessoa. We aim at investigating the application of the norms by institutions, by looking at the syllabus of the course of Archivology and at the results of a semi-structured questionnaire applied to the above institutions. We also examine how the norms are being studied by future archivists and what importance professors give to this document as a teaching tool since it will have to be followed by the professional in his/her future working environment. This article analyzes, even if just in a preliminary way, the norms: ISAD G (2001), ISAAR CPF (2004), showing how the NOBRADE has its own characteristics even though it was based in these international directives. We came to the conclusion that there still doesn't exist an adequate spread in teaching and archiving institutions of this normative and of the awareness of its importance. The NOBRADE, in its preliminary version, was published in January of 2006 through workshops attended by near 600 specialists in the area of Archivology. The result was of great importance to the Brazilian archivistic field. For such reason the purpose of this research paper is to give visibility to this document in the context of Paraíba as well as to stimulate the production of further and more in-depth studies on this subject.

Key-words: NOBRADE. Teaching. Application of the norm.

¹ Orientadora da pesquisa. Professora do curso de Arquivologia UEPB

² Graduandos do Curso de Bacharelado em Arquivologia da UEPB

1. Introdução

O objetivo deste texto é ressaltar a importância da NOBRADE e averiguar como ela está inserida em algumas ementas do Curso de Arquivologia e sua aplicação nas instituições que dispõem desse arquivo, tais como o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) e a Fundação José Américo. Para isso, começamos por conceituar o termo em questão.

NOBRADE é uma norma brasileira de descrição arquivística, que tem por objetivo “estruturar a informação a partir de elementos de descrição comuns, buscando interferir o mínimo possível na forma final em que as descrições são apresentadas” (CONARQ, 2006 p.10).

Essa norma surgiu em decorrência das normas internacionais (ISAAR (CPF) e ISAD G) e foi adaptada às necessidades das instituições do país. Sua estrutura é composta de 28 regras gerais, oito das quais são obrigatórias: identificação, contextualização, conteúdo e estrutura, condições de acesso e uso, fontes relacionadas, notas, controle da descrição e pontos de acesso e descrição de assuntos.

Tomando como pressuposto a sua criação há dois anos e o fato de não ser divulgada no meio acadêmico, levantou-se a seguinte questão: Será que não há a necessidade de inseri-la nas ementas específicas do Curso de Arquivologia da UEPB? Isso enriqueceria o trabalho do corpo docente e o conhecimento dos acadêmicos? As instituições que têm arquivo conhecem a NOBRADE? E se a conhecem, aplicam-na?

Considerando, então, o exposto, procederemos, primeiramente, a uma abordagem acerca do seu contexto histórico; em seguida, apresentaremos seus pontos obrigatórios; no terceiro momento, analisaremos as ementas e as referências bibliográficas e a sua co-relação com a NOBRADE, finalizando com a sua aplicação nas instituições.

2. Contexto histórico

Em 1988, o Conselho Internacional de Arquivos (CIA) realizou uma reunião com a finalidade de elaborar planos para a criação de uma norma descritiva internacional e contou com a participação de vários especialistas da área. Mas foi em setembro de 1992, durante o XII Congresso, que divulgou um documento com o título de ISAD G (Norma Internacional de Descrição Arquivística), objetivando “registrar e recuperar informações através de procedimentos metodológicos” (NOBRADE, 2006, p.7), e cuja publicação oficial em 1994.

Em 1996, surge a ISAAR CPF (Norma Internacional de Registro), que serviu de complementação à primeira norma, “procurando regular a descrição do produtor, que é a entidade fundamental para o contexto dos documentos” (NOBRADE, 2006, p.7). Nesse mesmo ano, o Brasil foi convidado (no Congresso Internacional de Arquivos em Pequim) a ter um representante no Comitê de Normas de Descrição (CND), com a tarefa de realizar uma revisão para a 2ª edição da ISAD G que, até então, era desconhecida pelo Brasil (CONARQ, 2006).

Dois anos após esse congresso, o arquivo nacional publicou a 1ª edição traduzida das normas internacionais e as distribuiu gratuitamente no país. Tal participação no processo de revisão da ISAD gerou uma visão mais crítica na comunidade profissional arquivística. Depois de grande insistência do Comitê de Normas de Descrição (CND) para se criar uma norma de acordo com a realidade de cada país, o Conselho Nacional criou uma câmara técnica de normalização da descrição arquivística (CTNDA), com a finalidade de propor normas semelhantes às internacionais, a qual foi discutida pela comunidade profissional da área e aprovada pelo próprio CONARQ (CONARQ, 2006).

Depois de várias assembleias, o assunto passou a ser discutido mais amplamente, através de pesquisas em instituições, que já aplicavam as normas para saber o nível no qual se encontravam os arquivos em todo o território nacional. De janeiro a maio de 2006, foram realizadas oficinas para a divulgação da versão preliminar da NOBRADE, ministradas em diversos lugares do país, dentre eles: Belém, Brasília, Florianópolis, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e Londrina.

Como se vê, houve um trajeto histórico importante para se chegar a uma construção dessa norma brasileira (CONARQ, 2006).

3. Pontos obrigatórios da NOBRADE

A NOBRADE é composta por 28 elementos de descrição, sendo que apenas oito áreas podem ser aplicadas em qualquer documento, independente de seu suporte ou gênero. Segundo a NOBRADE, sua primeira área, que é a de identificação, “é onde se registra informação essencial para identificar a unidade de descrição” (2006, p.18), tendo como obrigatório o código de referência (código do país), título, data de produção, nível da unidade de descrição, dimensão e suporte. Essa área contém as primeiras informações documento.

A segunda área, a de contextualização, “é onde se registra a informação sobre a proveniência e custódia da unidade de descrição” (2006, p.18), contendo o nome do produtor (entidade custodiadora), história administrativa/biografia, história arquivística e procedência. Já no terceiro ponto, área de conteúdo e de estrutura, “é onde se registram informações sobre o assunto e organização da unidade de descrição” (2006, p.18). É a área que contém âmbito e conteúdo (tipologia documental, assunto e estrutura da informação), avaliação, eliminação, temporalidade e incorporações (estimativa de suas quantidades e frequências e sistema de arranjo (informa sobre a organização da unidade de descrição).

O quarto ponto, área de condições de acesso e uso, “é onde se registra informação sobre o acesso à unidade de descrição” (2006, p. 18). É a que trata das condições de acesso (existência de restrição ou não), de reprodução, idioma, características físicas e requisitos técnicos (algo que afete o uso da unidade) e instrumentos de pesquisa (catálogo, guia, inventário). De acordo com a norma, a quinta área de fontes relacionadas “é onde se registra informação sobre outras fontes que têm relação com a unidade de descrição” (2006, p.18). Refere-se à localização dos originais, à existência de cópias, unidade de descrição relacionadas (proveniência de outra forma da associação da mesma entidade) e nota sobre publicação.

A sexta área, referente às notas, “é onde se registra informação sobre o estado de conservação e/ou qualquer outra informação sobre a unidade de descrição que não tenha lugar nas áreas anteriores”. É onde há alguma nota sobre conservação e notas gerais.

A sétima área, controle de descrição, “é onde se registra informação sobre como, quando e por quem a descrição foi elaborada” (2006, p.18). Trata da nota do arquivista (nomes das pessoas envolvidas no trabalho), de regras ou convenções internacionais, nacionais e locais seguidas da preparação da descrição, e da data em que a descrição foi preparada.

O oitavo e último aspecto fala da área de pontos de acesso e descrição de assuntos. É “onde se registram os termos selecionados para localização e recuperação da unidade de descrição” (2006, p.18), tendo em seu conteúdo o ponto de acesso e indexação de assuntos (identificação dos pontos de acesso na hora de gerar índices e realizar indexação de assuntos de forma controlada).

Com base nesses aspectos, a seguir, procederemos às análises.

4. Organograma e análise das ementas

Em princípio, é importante ressaltar a composição curricular da entidade de ensino no qual se baseou a pesquisa. Dentro dessa composição, encontram-se as disciplinas complementares e as básicas, relativas aos quatro primeiros semestres, referentes ao turno da noite:

1º Semestre	2º Semestre	3º Semestre	4º Semestre
Fundamentos Arquivísticos	Gestão de Documentos I	Análise Documentária I	Análise Documentária II
Oficina de texto I	Representação da Informação	Gestão de Documentos II	Avaliação e Seleção de Documentos
História do Pensamento Filosófico e Científico	Metodologia Científica	Formação da Sociedade Brasileira	História do Brasil Republicano
Introdução à Administração	Oficina de texto II	Tecnologias da Informação I	Direito Administrativo
Informação da Sociedade	Teoria das Organizações	Inglês Instrumental	Tecnologias da Informação II

Figura 1- Disciplinas dos quatro primeiros semestres do Curso de Arquivologia noturno

Com base na tabela, referente à 1ª coluna, percebeu-se que a disciplina Fundamentos Arquivísticos não contempla a NOBRADÉ em suas referências, porém se encontraram pontos de interligação entre ambas, tais como: terminologia, onde se trabalha o princípio da proveniência, teoria das três idades e, também o assunto concernente a esta disciplina que é legislação arquivística.

Nas 2ª e 4ª colunas, constatou-se que os planos de curso das disciplinas Gestão de documentos I, Avaliação e seleção de documentos e Tecnologias da informação II não ressaltam, em suas referências, a NOBRADÉ. No entanto, no que diz respeito aos pontos de conteúdos, são realçadas as fases da gestão de documentos, quando são citados arquivos

correntes e intermediários. No arquivo corrente, a Norma expressa, no elemento 1.5, que “a informação estratégica constitui-se por um plano de pesquisa e a gestão do acervo” (NOBRADE, 2006, p.27), ou seja, as informações e os instrumentos que o arquivista vai obter para organizar o arquivo. Já no arquivo intermediário, ela expõe, no ponto 3.2, “o fornecimento da informação sobre qualquer ação relativa à avaliação, seleção e eliminação de documentos” (NOBRADE, 2006, p.41). Em outras palavras, é a fase onde os documentos aguardam por sua destinação final.

Na 2^a, 3^a e 4^a colunas, o plano de curso da disciplina Representação da Informação contempla a NOBRADE tanto nas suas referências quanto no conteúdo programático. Em contrapartida, as disciplinas Análise Documentária II e Tecnologia da Informação II se relacionam com a Norma nos elementos a seguir: linguagem de indexação dos sistemas de recuperação da informação; indexação atributiva e derivativa e as influências das Tecnologias da Informação; e linguagem de marcação de textos. De acordo com a NOBRADE, o ponto 8.1 “registra os procedimentos para a recuperação do conteúdo de determinados elementos de descrição e na elaboração de índices, baseando-se em entradas autorizadas e no controle do vocabulário abortado” (NOBRADE, 2006, p.59), ou melhor dizendo, são métodos utilizados para recuperar a informação, através de uma linguagem mais simples para o usuário.

Na 4^a coluna, a ementa da disciplina Direito Administrativo não contempla a NOBRADE em suas referências, entretanto, no seu contexto ao apresentar os temas: licitações e atos administrativos, vê-se claramente a necessidade de contextualização e uso da norma arquivística, vez que a NOBRADE indica no ponto 3.3, a “destinação do registro de entrada de documentos que complementem a unidade de descrição, as quais devem ocorrer nos níveis pertinentes” (NOBRADE, 2006, p.42). Através dessa indicação normativa, as instituições se comunicam por meio de uma documentação, mantendo um controle da entrada e da saída dos documentos, via de protocolo.

4.1. Conhecimento e aplicação da Norma por duas instituições paraibanas

Ao mesmo tempo em que fizemos a análise das ementas das disciplinas, aplicamos um questionário em duas instituições que possuem arquivos organizados, ambas com âmbito Estadual. Constatou-se que, quando foi abordado o conhecimento, a finalidade da NOBRADE, ambas as instituições diz ter conhecimento tanto da norma quanto da sua finalidade.

Já em relação à aplicação, as instituições responderam que a Norma se aplica na fase permanente dos arquivos. Porém, mesmo afirmando que a conhece, sabe da sua finalidade e em que fase a NOBRADE se aplica, a instituição A declara que não a utiliza em seu setor ou atividade, mas não justifica o motivo de não fazê-lo. Qual seria, então a razão disso? Será que a NOBRADE não é importante para essas instituições? Ou será que, apesar de ter informação sobre ela e a sua finalidade, elas desconhecem sua estrutura e, por isso, não sabem como empregá-la? Essas são perguntas que, para nós, não ficaram claras. Já a instituição B nos relatou que já está sendo desenvolvida a implementação da NOBRADE do arquivo permanente e que esse projeto será implementado a partir de fevereiro de 2009, pois está em tramitação.

5. Resultados e discussão

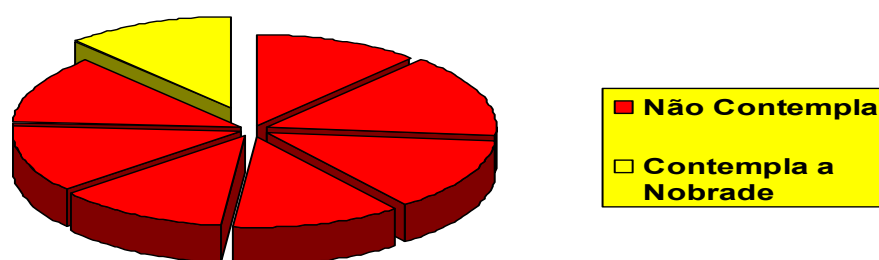


Figura 2- Gráfico das ementas que contêm a NOBRADE nas referências

Constatou-se que, das oito ementas analisadas, apenas uma delas contém a NOBRADE como base em suas referências, e as demais não sendo só encontrados pontos convergentes com a norma, em suas unidades programáticas, mas não há um estudo sistemático da norma, em conversas com discente e docentes do Curso de Arquivologia da UEPB.

Verificamos também que os profissionais que trabalham nesses arquivos são formados em Biblioteconomia. Um fato importante a registrar, em relação à instituição B, é que, pequena sala, onde se encontra o arquivo dessa instituição, trabalham quarenta pessoas.

A partir desses resultados, vimos o quanto o arquivo das instituições públicas é desvalorizado pelo sistema. Nesse sentido, comprovamos a afirmação de José Maria Jardim e

de Maria Odila Fonseca, quando asseveram que,

No Brasil atual, o espaço mais disponível para atuação do arquivista não é o Estado, mas o setor privado. As demandas do setor privado sinalizam a expectativa por um profissional da informação capaz de transitar por diversos aspectos de necessidades informacionais da organização. (2003, p.53)

6. Considerações finais

Partindo das análises feitas sobre a aplicação da NOBRADE nas instituições aqui investigadas, verificamos que poucos sabem da existência dessa Norma, que, na sala de aula, o assunto é pouco discutido, e os profissionais de arquivos que têm conhecimento acerca da Norma não a aplicam nos arquivos.

Por essa razão, sugerimos que a NOBRADE seja divulgada no meio acadêmico para os futuros profissionais da área e até mesmo para os que fazem algum tipo de especialização nesse campo, através de palestras, oficinais, aulas expositivas, cursos de capacitação e treinamentos que auxiliem na aplicação da NOBRADE.

Referências

- CONARQ. *Nobrade – Norma Brasileira de Descrição Arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo nacional, 2006, p. 124.
- CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. *ISAAR (CPF): Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004, p. 99.
- CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. *ISAD (G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001, p. 119.
- JARDIM, J. M. & FONSECA, M. O. Educação arquivística, pesquisa e documentos eletrônicos. *In: Revista Cenário Arquivístico, Vol. 2, Brasília, 2002, p. 52-55.*